

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ
Redactor-jornal — ALEXANDRE TEIXEIRA
Proprietário da Confederação Geral do Trabalho
Editor — Carlos Maria Coelho

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA
ANO IV — Número 1.140

Segunda-feira, 14 de Agosto de 1922

PREÇO — 10 CENTAVOS

Redacção, Administração e Tipografia
Calçada do Combro, 38-A, 2.º — Lisboa — PORTUGAL
Endereço telegraphico: Taha — Lisboa — Telefones 5339-0
Officina de impressão — Rua da Atalaia, 114 e 115

AOS OPERÁRIOS! Abaixo os dois tipos de pão.
De pé, consumidores!

De acordo com a C. G. T. e a U. S. O. de Lisboa, o Comité Central novamente vos incita à luta, "em defesa do tipo único de pão".

Deveis reclamar mais: "a abolição da censura, a liberdade dos presos e a reabertura da C. G. T., U. S. O. e mais sindicatos que se encontram encerrados".

E até que isto se consiga, lutai com bastante energia e decisão.

Viva a greve geral em prol do tipo único de pão!

Que todos cumpram com o seu dever!

14-8-1922.

O Comité Central.

A JUSTIÇA DO POVO IMPÕE-SE SOBERANA!

O governo e o parlamento desatenderam as indicações populares. Porquê?
Porque às reclamações do povo falta justiça? Não!
Preocupados com as suas prerrogativas hierárquicas tiveram mais em conta o seu amor próprio do que a vontade do povo, em nome do qual dizem governar a nação!

O povo que tem sido despresado por todos é por isso mesmo a única vítima da vampiragem, do banditismo do comércio e da indústria e de todos os grupos da finança — essa gentinha que se locupleta com as importações e exportações, que recolhe o capital sonante e o deposita no estrangeiro por lá, considerar mais seguro e lhe render mais;

esses grupos que fomentam num ruim propósito o desequilíbrio económico para melhor explorarem com a miséria do povo;

que promovem toda a casta de tropelias, de burrias, de vigarismos, auxiliados pela imprensa de que se apoderaram pelo dinheiro e que illicida mal os leitores, suggestionando-os e levando-os a aceitar como bom o que é apenas burla e roubo;

que não cizam de pagar bem a agentes especiais, homens sem escrúpulos, encarregados de cativar, pela sugestão ou em troca de grandes somas, políticos para que estes lhes defendam interesses inconfessados e inconfessáveis no parlamento e em todas as repartições do Estado;

que trazem, enfim, a infelicidade, o desespero e a dor aos lares das grandes massas de trabalhadores, às quais, por outro lado, negam aumentos de salários, reclamados unicamente com o fim de equilibrar o seu viver doméstico, visto que os rendimentos operários são feitos dos seus salários, amarguados na dor do trabalho violento para a produção das utilidades;

— e é depois de tudo isto ser notório, verificado, sentido por toda uma vasta população famélica; vítima desta «bacanal» sem nome, que, tendo-se aplanado o caminho para uma solução satisfatória da questão do pão — problema fácil de resolver desde que não hajam os favoritismos que a lei os cereais protege e encobre — surgiu uma negativa, irritada para mais com o insulto ao povo, com a suprema injúria de que o povo é «desordido», quando toda a gente verificou que ele foi o agredido sem motivo nem razão, quando o povo apenas clamava muito justamente que o pão fosse para toda a gente igual e pago por preço compatível com as suas possibilidades.

Agora aí vem o resultado de se colocar acima dos supremos interesses do povo o amor próprio de instituições que só ao povo dizem pertencer — se é que, de facto, não querem mais uma vez demonstrar ser mentira o princípio de o governo ser do povo e pelo povo.

O movimento de protesto resurge, potente e altivo, local desde já, mas em breve nacional — se mais uma vez se colocarem acima do povo os interesses de oligarquias e de quadrilhas.

O governo não o pretenderá esmagar pela força, pela violência das armas, pois bem poderá ver que é a alma do povo que se manifesta e que, de facto, já demonstra não estar disposta a aceitar o ludíbrio e a burla.

Isto fazemos com a maior calma e serenidade. Atenda o governo! Atenda o parlamento!

O povo é superior a tudo, e, em nome do seu direito à existência — manda!

ESCARNECENDO OS FACTOS

Estamos a linha primitivamente traçada e que nos foi imposta pelas constantes reclamações do público consumidor. Estamos na linha primitivamente traçada e nem doutro maneira poderíamos proceder.

As impõe, competindo apenas aos organismos operários coordená-las e orientá-las por forma a que tais movimentos, em vez de traduzirem o desordenado desespero da fome, da miséria e do sofrimento, representem a vontade firme que reclama dos poderes públicos — governo e parlamento — um pouco mais de atenção e cuidado com o estudo e resolução de assuntos de interesse geral que não podem ser levemente solucionados sobre o joelho ou em benefício dum pequeno número de exploradores e em consequente detrimento dos mais caros e legítimos direitos — do maior número.

Diz-se que a questão do pão — como outras de outros géneros de primeira necessidade — pode ser resolvida doutra forma sem prejuízo para o Estado e atenuando os graves males que trazem para os consumidores o que actualmente se constata. Pois, se assim é, — e há quem o afirme e esteja disposto a prová-lo — compete ao Estado, pelos seus organismos competentes, estudar e realizar.

E' o que reclamamos. E' o que reclamam os consumidores. E' a outra coisa não traduz o presente movimento das classes operárias, novamente em luta visto a sua primeira greve não ter sido encerrada, por quem devia sê-lo, com a seriedade que ela merecia em virtude de representar uma aspiração a quem ninguém pode negar razão e justiça.

Como é feita A BATALHA

Na reunião dos delegados dos quadros dos jornais foi resolvido que a BATALHA saísse excepcionalmente, por se considerar necessariamente a sua publicação. Em consequência com esta resolução, a BATALHA será, por turnos, composta gratuitamente pelos colaboradores grevistas, e o pessoal de redacção e administração manter-se-á ao serviço, durante os dias da greve, nenhuma remuneração recebendo pelo seu trabalho.

Greves assim nascem, produzem-se, desenvolvem-se e impõem-se por motivo de um conjunto de factores que nos são estranhos, para os quais em nada contribuímos. E' a massa popular — da qual não deixa de fazer parte também a sacrificada e triturada classe média — que as reclama, que

AO PROLETARIADO

Nota oficiosa da U. S. O. de Lisboa

Desejaria esta União comunicar — por intermédio de A Batalha — com o operariado local, mas certamente a censura não o permite, e nestas condições e na suposição disto mesmo ser cortado, a U. S. O. limitar-se-á a dizer ao operariado que a greve geral continuará até que a questão do pão seja resolvida.

Para que tal se consiga, basta que as indicações do Comité Central, — entidade que neste momento representa a organização local — sejam cumpridas à risca!

Viva a greve geral em prol do único tipo de pão!

A U. S. O. de Lisboa

Nota oficiosa das Federações Nacionais de Indústria

Aos federados de Lisboa

Em virtude dos factos que surgiram, da negação formal de compromissos tomados pelos governantes para atender as reclamações das classes trabalhadoras, foi de novo votada a greve geral, de acordo com a C. G. T. e a U. S. O. de Lisboa, em defesa não só do tipo único de pão, mas também para reclamar a abolição da censura, a liberdade dos presos e a reabertura da C. G. T., U. S. O. e mais sindicatos que se encontram encerrados.

Devem, portanto, os federados de Lisboa cumprir com os seus deveres de operários conscientes, demonstrando assim a sua repulsa pela atitude assumida pelo governo, retomando só o trabalho quando o respectivo comité o determinar.

Aos federados da província

Comunica-se aos federados da província para que estejam a postos para secundar o movimento de Lisboa, em conformidade com as instruções já fornecidas.

Sangue!

A luta pela vitória das nossas reclamações já produziu sangue, muito sangue, que a polícia — em detrimento dos seus próprios interesses, porque só teria a lucrar com o pão barato e bom — fez inconscientemente correr.

Esse sangue vertido pelo bem-estar do povo, tem de ser resgatado pelo próprio povo!

A suspensão da greve geral e a sua intensificação

A U. S. O., na boa intenção de conciliar tanto quanto possível as aspirações do operariado com a possibilidade que o governo tinha de as atender, aconselhou, como é do domínio público, o regresso ao trabalho, concebia de que o sr. Peres Trancoso interpretava bem as intenções do poder executivo, como entidade que devia mentalmente e a bem do país satisfazer as suas justas reclamações, evitando a eclosão dum movimento que significava bem o espontâneo descontentamento das classes menos abastadas.

Tal não sucedeu. E além de tapar os ouvidos às justas queixas dum povo, que tem sido descaradamente espoliado e desprezado com uma resignação inadmissível, fechou também os olhos à responsabilidade, como quasi sempre, pretendendo fazer recair sobre nós essa responsabilidade.

Contudo não pretendemos ainda apurar responsabilidades. Demais sabia o governo e o parlamento que o povo deseja apenas um tipo de pão. Possivelmente as vezes se manifestaram as classes operárias nesse sentido. Mas, como a legislação se faz aqui apenas por dois dias, está perfeitamente justificada a acção dos poderes constituídos.

Passadas vinte e quatro horas depois de se terem tomado compromissos de grande responsabilidade, compromissos que tinham determinado o fim da greve, o governo declara ao parlamento não ter tratado com ninguém da solução do conflito!

Tam extranha como revoltante atitude, indignou a classe operária que assim viu postergar os seus legítimos interesses e direitos. A falta de critério, dignidade e consciência revoltou toda a população do país, excepto aqueles que

vivem da mesa do orçamento, e por tal motivo novo movimento grevista surgiu.

Em face da falta de cumprimento dos compromissos tomados, a classe operária preparou-se para fazer valer os seus direitos, tantas vezes escarnecidos. Assim, as primeiras horas da manhã, de hoje, o proletariado de Lisboa, num gesto nobre que tanto o dignifica, abandonou novamente o trabalho.

A vida da cidade é anormal; os eléctricos, em número muitíssimo reduzido, circulam tripulados por militares; os mercados de Belém e Estefânia encontram-se fechados; o da Figueira não foi abastecido; o comércio, em grande parte, está encerrado; numa palavra: a vida da cidade está paralisada.

A demonstração que novamente acaba de ser feita, dignifica o povo de Lisboa.

A quem cabe a responsabilidade de tal nobre gesto da classe operária?

A nós? Evidentemente que não. O povo, a classe operária, tinha que exteriorizar o seu veemente protesto, tinha que demonstrar a políticos e governantes que pressa a sua dignidade e que não é impunemente que sobre si se tripudia. O movimento grevista de novo iniciado é a demonstração eloquente de que o povo não permitirá tanta falta de dignidade.

Haja moralidade! Haja mais um pouco de critério!

O novo regime cerealífero é odiado pela população do país; resta que o parlamento reconheça o tremendo erro que cometeu.

O povo não pode nem deve pagar mais!

Voltemos pois ao tipo único de pão a \$60.

A odiosa censura

Lutadores intransigentes pela liberdade não podemos ficar silenciosos perante a regressão condenável que o regime republicano acaba de fazer, estabelecendo para o pensamento humano a odiosa censura prévia.

Parece que os governos não se convencem ainda de que o pensamento que se oculta, o pensamento que, impedido de se proclamar à luz do dia, se propaga silenciosamente, a boca pequena, é muito mais perigoso para a segurança das instituições.

Tanta vez os propagandistas da república puzeram em relevo as vantagens da liberdade de pensamento, tantos ataques dirigiram ao regime monárquico por mutilar a prosa dos seus jornais — e hoje, só porque uma greve geral justa surgiu, logo os antigos propagandistas da liberdade caem no regime odioso da censura.

Isto indica que, no fundo, os republicanos são mais reaccionários que os monarchicos monarchicos.

Quem tem dignidade?

Os homens da ordem ou os «desordeiros»?

A falta de palavra e dignidade que é apanágio de muitos indivíduos que se intitulam representantes do povo, — apesar de eleitos por uma parte infima da população do país — ocasionou da parte dos consumidores em geral um movimento de protesto.

A classe operária, aquela que morreu a vida a dia, produzindo tudo quanto é necessário à vida, acaba de constatar que, sem o menor conhecimento, com o maior desprezo pela situação miserável da classe operária, se legisla em benefício do comércio ladravaz e assambarcador, da finança, da agricultura, da moagem, etc.

O regime cerealífero, ultimamente aprovado pelo parlamento, não foi aceite pela população do país.

Em Lisboa, Porto, Almada, Seixal, Barreiro, Setúbal, Évora, Beja, Cascais, etc., o proletariado levantou-se enérgico, protestando contra tal decreto.

Não. Apenas na do governo, muitas vezes de aqui apontamos medidas de fomento que poderiam ser benéficas, aproveitadas e o governo não faz caso, apesar de ter nesse sentido o apoio do operariado. Não pôde?

Não discutimos. Apenas dizemos que o governo da República conscientemente se tem divorciado do povo. E dizem-se democráticos! E lamentável constata-lo, mas é verdade.

Estava ao alcance do governo adoptar medidas atinentes a intensificar a indústria e a agricultura nacional, base de toda a economia, base de toda a riqueza e do sossego que era necessário que existisse entre nós e entre todos os povos. Actualmente é o governo que impõe a execução dum decreto que nos prejudica, que nos lesa, que nos indigna. Assim, as classes voltaram novamente à luta. Tinha que ser; as reclamações legais de nada valem; em todos os meios se preconiza acção directa.

O que será esse movimento amanhã? Estamos prevenidos. Outras classes o secundarão, generalizar-se-á a todo o país? É necessário que ele tenha essa característica para que o governo se convença que está mal colocado? Não deve ser, desde que imediatamente os poderes executivo e legislativo satisficam, porque podem, as justas reclamações da organização operária; se de facto desejam fazer boa política; se de facto desejam que se possa viver em regime de equidade, de justiça e de com o embrião da república nos primeiros.

Assim, no dia seguinte aquele conflito foi aparentemente resolvido, sexta-feira, as classes operárias largaram novamente o trabalho. Era manifesto o seu descontentamento. A União dos Sindicatos Operários, compulsando a disposição dessas classes e porque tinha inevitavelmente que desagrar-se, limitou-se a declarar novamente a greve.

O que é essa greve e os seus intuitos está-se verificando. Pode-se dizer afortunadamente que a paralisação é total. Basta isto para significar bem claramente

que o povo não aceita nem se conforma com a atitude do governo. Impõe-lhe a força?

Tanto pior. Daqui não incitamos. Descrevemos imparcialmente a situação. Ainda mesmo que as classes operárias se conservassem aparentemente calmas, nunca estariam satisfeitas e disso resultariam fatalmente conflitos que o governo não tem procurado evitar, como tem sucedido sempre com este regime de pão. Diz-se que o povo tem suportado outros aumentos e não tem reclamado? Isto prova simplesmente a sua resignação que tem sido covarde e vergonhosa. Além de que esses aumentos não têm sido sancionados ou impostos por lei. Estamos em face dum caso diferente. Que os comerciantes aumentem o preço dos géneros, não é justo, mas... grama-se. Está na mão do operariado evitar isso? Não. Apenas na do governo, muitas vezes de aqui apontamos medidas de fomento que poderiam ser benéficas, aproveitadas e o governo não faz caso, apesar de ter nesse sentido o apoio do operariado. Não pôde?

Não discutimos. Apenas dizemos que o governo da República conscientemente se tem divorciado do povo. E dizem-se democráticos! E lamentável constata-lo, mas é verdade.

Estava ao alcance do governo adoptar medidas atinentes a intensificar a indústria e a agricultura nacional, base de toda a economia, base de toda a riqueza e do sossego que era necessário que existisse entre nós e entre todos os povos. Actualmente é o governo que impõe a execução dum decreto que nos prejudica, que nos lesa, que nos indigna. Assim, as classes voltaram novamente à luta. Tinha que ser; as reclamações legais de nada valem; em todos os meios se preconiza acção directa.

O que será esse movimento amanhã? Estamos prevenidos. Outras classes o secundarão, generalizar-se-á a todo o país? É necessário que ele tenha essa característica para que o governo se convença que está mal colocado? Não deve ser, desde que imediatamente os poderes executivo e legislativo satisficam, porque podem, as justas reclamações da organização operária; se de facto desejam fazer boa política; se de facto desejam que se possa viver em regime de equidade, de justiça e de com o embrião da república nos primeiros.

Assim, no dia seguinte aquele conflito foi aparentemente resolvido, sexta-feira, as classes operárias largaram novamente o trabalho. Era manifesto o seu descontentamento. A União dos Sindicatos Operários, compulsando a disposição dessas classes e porque tinha inevitavelmente que desagrar-se, limitou-se a declarar novamente a greve.

O que é essa greve e os seus intuitos está-se verificando. Pode-se dizer afortunadamente que a paralisação é total. Basta isto para significar bem claramente

que o povo não aceita nem se conforma com a atitude do governo. Impõe-lhe a força?

Tanto pior. Daqui não incitamos. Descrevemos imparcialmente a situação. Ainda mesmo que as classes operárias se conservassem aparentemente calmas, nunca estariam satisfeitas e disso resultariam fatalmente conflitos que o governo não tem procurado evitar, como tem sucedido sempre com este regime de pão. Diz-se que o povo tem suportado outros aumentos e não tem reclamado? Isto prova simplesmente a sua resignação que tem sido covarde e vergonhosa. Além de que esses aumentos não têm sido sancionados ou impostos por lei. Estamos em face dum caso diferente. Que os comerciantes aumentem o preço dos géneros, não é justo, mas... grama-se. Está na mão do operariado evitar isso? Não. Apenas na do governo, muitas vezes de aqui apontamos medidas de fomento que poderiam ser benéficas, aproveitadas e o governo não faz caso, apesar de ter nesse sentido o apoio do operariado. Não pôde?

Não discutimos. Apenas dizemos que o governo da República conscientemente se tem divorciado do povo. E dizem-se democráticos! E lamentável constata-lo, mas é verdade.

Não se esqueçam

Alguém teve a infeliz ideia de promover uma subscrição a fim de gratificar a força pública, por ela se ter mostrado feroz e sangrenta para com os seus irmãos. Decerto não esquecerão aquela que matou cobardemente o tipógrafo Guilherme Lima...

